

SINDICOMIS/ACTC PARTICIPAM DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A TARIFA PORTUÁRIA - TCH2

A Comissão de Viação e Transportes, promoveu no dia 30 de novembro, um novo debate sobre a cobrança da tarifa portuária chamada de *Terminal Handling Charge* (THC2). A taxa é exigida pelos terminais portuários para separação e



entrega de cargas importadas, após a descarga do navio.

O primeiro debate na Comissão aconteceu em setembro desse ano, na qual teve como participação o Tribunal de Contas da União (TCU); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); na ocasião houve

divergência de opiniões.

O TCU informou que o tema está pendente de julgamento e, que foi formada uma auditoria operacional em gargalos para liberação de carga contenerizada nos portos da Região Sudeste. A posição atual do TCU em relação à Resolução da Antaq 2.389/2012 “*norma sobre movimentação e armazenagem de cargas nos portos organizados*” parte do pressuposto que a mesma viola a ordem econômica ao possibilitar a produção dos efeitos previstos no art.36 da Lei 12.529/2011 (em especial o exercício de forma abusiva de posição dominante – inciso IV). Já o entendimento do CADE em relação ao tema; vai ao seguinte sentido; quando já há uma segunda cobrança em relação à movimentação feita pelo terminal, pelo operador portuário, haveria em tese, um abuso de sua posição econômica em detrimento do porto alfandegado, o que caracteriza um abuso, na ocasião o CADE informou, que está trabalhando no sentido de mostrar detalhes operacionais de regulação, que podem solucionar essa problemática. Já ANTAQ informou que está revisando as regras sobre o assunto; embora não exista no atual momento um posicionamento definido da Agência acerca da problemática.

O segundo debate contou com a participação dos seguintes convidados: Diretor-presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jose Di Bella; Marcos Pinto da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres (Abratec), Cássio Ribeiro da Associação de Terminais Privados (ATP); e Gustavo Lima Braga representante da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop). Em suma, os participantes em geral demonstraram inconformismo acerca dessa tarifa portuária, bem como destacaram a importância do amadurecimento desse assunto para obtenção de alinhamento democrático de interesses, no que tange a concorrência do setor portuário e diminuição do chamado custo Brasil.

Fonte: Assessoria Governamental Tatiane Moura - SINDICOMIS/ACTC